

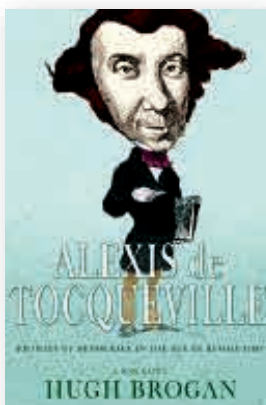
Biografias Paralelas

Por ocasião da publicação do segundo volume de *Da Democracia na América*, Sylvestre de Sacy, orleanista empedernido, escreve sobre Alexis de Tocqueville: “Faz lembrar um viajante que, embarcando corajosamente no mar tempestuoso do futuro, só com grande mágoa consegue largar as margens tranquilas e majestosas do passado.” (*Journal des Débats*, 1840). A mais recente biografia deste grande pensador e político francês da primeira metade do século XIX parece querer actualizar a cada página o mesmo diagnóstico. Redigida por Hugh Brogan – jornalista e historiador britânico, autor de outras duas biografias (J. F. Kennedy e Arthur Ransome) – *Alexis de Tocqueville: Prophet of Democracy in the Age of Revolution. A Biography* é o extenso resultado de mais de 50 anos de investigação. Várias são as razões para saudar esta publicação. A primeira é que passou quase um quarto de século desde que André Jardin escreveu a primeira biografia completa de Tocqueville (1984), referência ainda incontornável para os estudiosos da obra e vida do aristocrata francês, mas que, entretanto, se foi parcialmente desactualizando pela publicação de novos textos desconhecidos do autor e pela consequente evolução nos debates e estudos tocquevillianos. A segunda razão, porque é a primeira biografia do francês escrita por um autor anglo-saxónico, facto que não é menor tendo em conta que parte substancial dos argumentos de Tocqueville repousam na comparação omnipresente entre a organização política, a evolução histórica e a cultura do seu país natal e aquelas do mundo anglo-americano. Para além da seriedade e da utilidade metodológica e epistemológica desta prática comparativa (a que, afinal, nenhum estudioso daquele autor consegue escapar) torna-se curioso encontrar várias observações à *la Tocqueville* feitas pelo próprio Brogan sobre a vida, a política e a sociedade francesa. Num registo mais científico, é também de aplaudir a preocupação do biógrafo em explicar constantemente a época histórica e o contexto político tão complexos e instáveis em que viveu o pensador francês. Finalmente, a terceira razão do elogio a esta nova biografia reside no detalhe meticuloso dos argumentos apresentados e no exaustivo e irrepreensível trabalho de consulta das fontes, quer primárias, quer secundárias, quer oficiais. Hugh Brogan deu-se mesmo ao trabalho de visitar os estabelecimentos penitenciários que, afinal, tinham sido

o motivo formal da visita do jovem Tocqueville e do seu amigo Gustave de Beaumont, entre Maio de 1831 e Fevereiro de 1832, aos Estados Unidos da América.

Profundamente irritado com o diagnóstico feito por Sacy no já citado artigo de 1840, Tocqueville responde-lhe por carta pessoal nos seguintes termos: “O seu artigo não faz justiça sobre o ponto crucial, sobre o dado primordial, sobre *la pensée mère* da minha obra.” Apesar dos cento e sessenta anos que passaram desde este desabafo exasperado, não podemos deixar de notar a sua imensa actualidade quando atentamos na parte mais substantiva da análise de Brogan. Segundo o biógrafo britânico, a posição política de Alexis de Tocqueville resume-se na seguinte contradição: “Ele era um democrata que não confiava no povo.” (386) Aplicando a mesma lógica de síntese ao próprio Brogan, podemos afirmar que a linha argumentativa que desenvolve ao longo das 700 páginas da biografia se reduz a isto: Tocqueville era um aristocrata que, reconhecendo que a aristocracia estava irremediavelmente posta em causa pelo advento democrático, tentava a todo o custo defender as prerrogativas da sua classe. Nesse sentido, o francês é constantemente retratado por ele como um elitista insensível, por vezes snob, e um ambicioso que, afinal, só aceita a democracia para salvar algumas prerrogativas do passado (sobretudo a propriedade). Por exemplo, o biógrafo justifica a participação do aristocrata na Constituinte de 1848 deste modo: “Os notáveis acreditavam que tinham por função reafirmar o seu poder e Tocqueville era um deles.” (455) Daqui resulta que, apesar da minúcia que dedica a cada passo e a cada escrito de Tocqueville, a análise geral desta biografia não só é profundamente parcial, como muito injusta. Hugh Brogan está tão preocupado em apreender a psique do francês e a demonstrar como as suas reais intenções são incongruentes com os princípios que invoca que acaba por descurar a compreensão da sua obra política e intelectual.

Ora, face a esta situação, dois comentários se impõem desde logo: 1. Como em relação a qualquer outro pensador, a prática da vida pessoal do francês não tem de ser congruente com a sua teoria, circunstância que não diminui a validade do seu pensamento. 2. Ao não observar essa diferença, Brogan confunde o pessimismo cultural, a sensibilidade aristocrática e a prudência política de Tocqueville com recusa inequívoca da democracia, chegando, assim, a um diagnóstico errado.



**Alexis de Tocqueville:
Prophet of Democracy in
the Age of Revolution.
A Biography
Hugh Brogan**

(London: Profile Books)
2006, pp. 724

Para Alexis de Tocqueville é mais do que evidente que o desafio político primordial dos tempos modernos não é o de como chegar à democracia, mas antes o de como tirar o melhor partido dela. Sabe que já não é possível escolher entre a aristocracia e a democracia. Sabe que os tempos mudaram, que as condições políticas e sociais se alteraram profundamente, que a crescente igualização das condições é um facto adquirido e, principalmente, que o fundamento do poder político moderno não pode deixar de se encontrar na igualdade. E se estas constatações resultam do trabalho feito pela sua razão cuidada e ponderada, é já da sua sensibilidade aristocrática ou exigência natural que resulta a sua outra convicção fundamental: de que o cidadão moderno se depara com uma eleição que não é menor, a eleição entre uma democracia livre ou um despotismo democrático: “Se já não for possível optar e vos encontrardes impelidos para uma das duas formas de governo por uma força superior ao homem, que não leve em consideração os vossos desejos, ao menos procurai tirar dela todo o benefício possível e, tendo consciência dos seus bons instintos, bem como das suas más inclinações, esforçai-vos por limitar os efeitos das segundas e por desenvolver os primeiros” (DA I, II, 6) Daqui resulta que o que Brogan interpreta como sendo uma falsa adesão de Tocqueville à democracia e, portanto, no limite, como uma recusa real da igualdade, é, afinal, uma adesão muitíssimo exigente — porque não incondicional — do francês à democracia. É o próprio Tocqueville que insiste com frequência neste ponto: para que a democracia seja saudável, ela não pode ser nem total, nem ilimitada. Por outras palavras, a adesão ao dogma democrático não pode assentar na confusão entre soberania popular e liberdade política, entre igualdade e liberdade. O bom democrata deve ser imparcial com a democracia e essa imparcialidade obriga a reconhecer que a democracia tem debilidades, tendências negativas e perigos. E, nesse sentido, no pensamento democrático de Alexis de Tocqueville, a moderação não deve ser entendida como rejeição da democracia, mas antes como condição da própria democracia. Como afirma Pierre Manent na conclusão do seu magnífico estudo sobre as reflexões democráticas do aristocrata francês, “para amar bem a democracia, é preciso amá-la com moderação.” (1983, 181)



Alexis de Tocqueville.
Democracy's Guide
Joseph Epstein

(New York: Harper Collins)
2006, pp. 208

Não tendo o fôlego literário, nem o arcaboço da investigação patente na biografia de Brogan, a pequena biografia escrita por Joseph Epstein — reputado ensaísta americano e professor de literatura — faz porém muito maior justiça à *pensée mère* de Tocqueville. Com o sugestivo título *Democracy's Guide* e integrado na colecção *Eminent Lives* — breves biografias sobre figuras distintas, entre as quais encontramos políticos da estatura de Washington e Jefferson, autores incontornáveis como Maquiavel e Shakespeare e artistas clássicos como Caravaggio e Beethoven — o livro em questão, afirma-se de uma longa tradição inaugurada por *Vidas Paralelas* de Plutarco. Curiosamente, Alexis de Tocqueville conhecia bem a obra do historiador grego, que citou várias vezes, e cuja leitura lhe provocou o seguinte comentário: “Fico com o espírito cheio de um heroísmo que não pertence aos nossos dias e sinto-me de rastos quando abandono esses sonhos e me encontro com a realidade.” (Carta a Beaumont, 1838).

Precisamente, o elemento mais destacado da obra de Tocqueville é a sua admirável capacidade em compreender a realidade democrática. Como Epstein tão justamente escreve, “como anatomista da democracia, Tocqueville continua inultrapassável.” (202). Acontece que essa realidade não é nem linear, nem sistematizável. Ela é complexa e marcada por contradições inerentes à natureza humana e às sociedades políticas. Por isso, o objectivo explícito da ciência política tocquevilliana é o entendimento da realidade democrática no seu todo, tendo em vista a sua moderação. E para o pensador francês há um dado inquestionável nas sociedades democráticas: é o de que aceitar a democracia sem reconhecer a sua globalidade e os desafios que ela coloca aos cidadãos, equivale a escolher o caminho certo para o despotismo. Quando em 1848 é publicada a primeira edição conjunta dos 2 volumes de *Da Democracia na América*, Tocqueville resolve acrescentar a seguinte explicação no Aviso ao Leitor: “Pensei que muitos se encarregariam de anunciar os novos benefícios que a igualdade prometeu aos homens, mas que poucos ousariam assinalar, mesmo de longe, os perigos com que ela nos ameaça. Foi, portanto, para aí que dirigi a minha atenção e, pensando tê-los discernido claramente, não tive a cobardia de os calar.”

É o próprio Tocqueville que insiste com frequência neste ponto: para que a democracia seja saudável, ela não pode ser nem total, nem ilimitada

Ao contrário de Brogan, que conclui enfaticamente que Tocqueville só interessa nos nossos dias enquanto cronista de viagens e relator de usos e costumes tingidos de um certo tom exótico do passado, Epstein reconhece no francês um grande pensador político cuja seriedade moral e honestidade intelectual continuam a fazer vibrar os actuais estudiosos da democracia. Numa carta em que aborda a arte de bem escrever, Tocqueville afirma: “Existe uma qualidade comum a todos os grandes escritores, que serve como uma espécie de base aos seus respectivos estilos. Essa qualidade é simplesmente o bom senso.” (Carta a Stöffels, 1834) Aos olhos do leitor moderno nenhum outro atributo faz tanto jus à grandeza de Tocqueville como esse.

*INVESTIGADORA DO INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICO, DOCENTE DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE CATÓLICA



POR MIGUEL MORGADO *

Coragem

Cada época demonstra a sua densidade moral pelo valor que atribui à coragem e pelo modo como *interpreta* a “primeira” das virtudes. A nossa época não escapa a esta regra. Mas, por vezes, depara-se com uma estranha dificuldade em confrontá-la intelectualmente. Há um respeito e uma admiração pela coragem enquanto virtude cívica que perpassa nas palavras e gestos quotidianos das gentes comuns, no discurso público bem como nas práticas comuns, que não encontram na academia um interlocutor à sua altura.

Desde sempre que o soldado destemido que enfrenta os perigos do campo de batalha fornece o exemplo do homem corajoso. Mas nem só de guerra vive a coragem. A coragem é aplaudida pelo espectador do filme que tem o herói como protagonista, pelo cidadão que aprecia o comportamento do estadista bravo, pelo homem que é protegido por um seu amigo, pela mulher que observa a colega ousada, pelo médico que acompanha o paciente gravemente doente. De resto, e como alerta Sócrates no *Laques*, a coragem tem de abranger não só os que são bravos perante a dor e medo, mas também os que são hábeis no “combate contra os desejos e prazeres, quer pela não cedência de terreno, quer pela fuga”. Sendo a coragem uma virtude eminentemente política, é tarefa da ciência que estuda a política escolher essa virtude como seu objecto de estudo. E, já que se menciona a ciência política, o politólogo tem de compreender que a sua vocação também não se realiza sem o exercício da coragem. Coragem é necessária para estudar a coragem. Para quem julgar estas palavras vazias,

basta acompanhar Sócrates nos seus diálogos, exercício que testa implacavelmente a exortação.

Linda Rabieh no seu livro *Plato and the Virtue of Courage*, um excelente, meticoloso e nem sempre fácil comentário ao curto – e muito esquecido – diálogo platónico *Laques*, sugere até que a coragem é talvez mais prezada do que a justiça. Rabieh ilustra o ponto através do elogio de Rudy Giuliani a Winston Churchill que não duvidava da prioridade da coragem, já que constituía a garantia de todas as restantes virtudes. Não custa perceber a origem de tão universal consagração. A coragem é uma virtude política: a coragem patriótica, ou a sofrida dedicação a uma entidade colectiva da qual fazemos parte – o regime político, a nação, o pelotão, a família – constitui apenas a sua manifestação mais expressiva. Admitindo que a coragem implica muitas vezes o (derradeiro) sacrifício do bem próprio em benefício do bem do próximo, somos levados a admirar e a nos deixarmos comover pela devoção generosa do outro. Por esta razão, a coragem é igualmente uma virtude trágica. Tão trágica que muitas vezes os mais cínicos se apressam a denunciar a sua futilidade, não obstante a intrínseca nobreza do acto. A excelência do corajoso que sacrificou a sua vida apenas perdura na memória alheia, e não há prémio que compense tamanho dom; a menos que um deus omnipresente se encarregue de registar a coragem ao serviço do bom combate.

Porém, o cínico não dá conta da aspiração tão própria dos homens de realizar feitos e actos nobres. A admiração da coragem alheia intensifica o desejo de imitá-la. Claro que para uma parte substancial da academia ocidental este não é um motivo de júbilo, mas antes de lamentação. Psicólogos, sociólogos e, em